

No. 58607*

**Argentina, Bolivia (Plurinational State of), Brazil, Paraguay
and
Uruguay**

**Headquarters Agreement between the Argentine Republic and the Intergovernmental
Committee of the Paraguay-Paraná Waterway. Asunción, 9 March 2018**

Entry into force: *15 August 2024, in accordance with article 11*

Authentic texts: *Portuguese and Spanish*

Registration with the Secretariat of the United Nations: *Latin American Integration
Association, 1 March 2025*

Note: *See also annex A, No. 58607.*

**No UNTS volume number has yet been determined for this record. The Text(s) reproduced below, if attached, are the authentic texts of the agreement /action attachment as submitted for registration and publication to the Secretariat. For ease of reference they were sequentially paginated. Translations, if attached, are not final and are provided for information only.*

**Argentine, Bolivie (État plurinational de), Brésil, Paraguay
et
Uruguay**

**Accord de siège entre la République argentine et le Comité intergouvernemental de la voie
navigable Paraguay-Paraná. Asunción, 9 mars 2018**

Entrée en vigueur : *15 août 2024, conformément à l'article 11*

Textes authentiques : *portugais et espagnol*

Enregistrement au Secrétariat de l'Organisation des Nations Unies : *Association latino-
américaine d'intégration, 1^{er} mars 2025*

Note : *Voir aussi annexe A, No. 58607.*

**Aucun numéro de volume n'a encore été attribué à ce dossier. Les textes disponibles qui sont reproduits ci-dessous sont les textes originaux de l'accord ou de l'action tels que soumis pour enregistrement. Par souci de clarté, leurs pages ont été numérotées. Les traductions qui accompagnent ces textes ne sont pas définitives et sont fournies uniquement à titre d'information.*

[TEXT IN PORTUGUESE – TEXTE EN PORTUGAIS]

**ACORDO DE SEDE
ENTRE A REPÚBLICA ARGENTINA
E O COMITÊ INTERGOVERNAMENTAL DA HIDROVIA
PARAGUAI – PARANÁ**

A República Argentina, o Estado Plurinacional da Bolívia, a República Federativa do Brasil, a República do Paraguai e a República Oriental do Uruguai, tendo em vista o Acordo de Transporte Fluvial pela Hidrovia Paraguai – Paraná de 26 de junho de 1992 (doravante denominado Acordo de Santa Cruz de la Sierra), considerando a importância política e estratégica do sistema fluvial compartilhado, visando a dar cumprimento aos objetivos e mandados estabelecidos em dito Acordo, Estatuto e Regulamento ditados em consequência, concertam a subscrição do seguinte Acordo de Sede:

**ARTIGO 1
Objeto**

O presente Acordo tem por objeto estabelecer as condições necessárias para o desempenho do Comitê Intergovernamental da Hidrovia Paraguai – Paraná com sede na Cidade Autônoma de Buenos Aires, República Argentina, em conformidade com o estabelecido no artigo 7º do Estatuto do Comitê, aprovado pela Resolução N° 244 da XX Reunião de Chanceleres dos Países da Bacia do Prata de 5 de dezembro de 1992.

**ARTIGO 2
Capacidade**

A personalidade jurídica do CIH é exercida por intermédio da Secretaria Executiva e compreende a capacidade de adquirir direitos e contrair obrigações, inclusive para celebrar contratos e acordos com pessoas físicas e jurídicas, públicas e privadas, nacionais e estrangeiras, bem como para adquirir e dispor de bens tangíveis, móveis e imóveis e, sem prejuízo das disposições deste Acordo, para promover e contestar ações judiciais.

ARTIGO 3

Inviolabilidade e imunidades

A sede do Comitê é inviolável. Seus locais, mobiliário e demais bens nesses situados não poderão ser objeto de nenhuma revista, confiscação, embargo ou medida de execução.

O Comitê goza de imunidade de jurisdição contra todo procedimento administrativo ou judicial e não poderá ser objeto de nenhuma medida de execução, salvo que o comitê renuncie expressamente a ditos direitos nos casos previstos no artigo 4. Em nenhum caso deve-se entender que a renúncia à imunidade de jurisdição implica renúncia à imunidade de execução, para o que será necessário uma nova renúncia.

A República Argentina adotará todas as medidas adequadas para proteger os locais e bens do Comitê contra todo ingresso indevido, intrusão ou danos.

A sede e os locais do Comitê não serão usados para atividades não relacionadas à consecução de seus fins.

A fim de resolver os litígios derivados dos contratos subscritos pela Secretaria Executiva nas relações com seu pessoal local e de outros atos de direito privado em que for parte, excetuando-se os casos mencionados no artigo seguinte, convencionou-se que se recorrerá ao procedimento arbitral.

ARTIGO 4

Restrições à imunidade

A imunidade de jurisdição prevista no artigo 3 não poderá ser invocada quando se tratar:

- a) de ações relativas a contratos de provisão de bens ou serviços que tenham sido proporcionados ao Comitê, incluindo os financeiros;
- b) de obrigações afiançadas pelo Comitê perante terceiros;
- c) de ações por danos e prejuízos por acidentes causados por veículos motorizados que sejam de propriedade do Comitê;
- d) de infrações de trânsito;

e) de ações trabalhistas promovidas por empregados contratados localmente pelo Comitê;

f) de reconvenções em processos judiciais iniciados pelo Comitê;

g) de ações por reivindicação de contribuições ou taxas por incremento de valor ou efetiva apresentação de serviços com relação a bens do Comitê;

ARTIGO 5

Isenções tributárias

O Comitê poderá importar ou exportar bens destinados ao cumprimento de suas funções específicas, de forma definitiva ou temporária, sem ter que pagar por isso impostos, contribuições especiais ou direitos alfandegários e as taxas de serviço por estatística e de comprovação de destino.

As atividades realizadas e os bens do Comitê afetados ao cumprimento de seus fins específicos estarão isentos de todo imposto direto, sejam eles de caráter nacional, provincial ou municipal.

A República Argentina reintegrará ao Comitê o Imposto ao Valor Agregado que pague pela aquisição no território nacional de bens ou serviços destinados ao cumprimento específico de suas funções.

As isenções estabelecidas não afetam as contribuições ou taxas que impliquem um incremento de valor ou a efetiva prestação de serviços a respeito dos bens do Comitê.

Não se estenderá ao pessoal local contratado pelo Comitê nenhuma prerrogativa fiscal nem alfandegária.

ARTIGO 6

O Secretário Executivo e pessoal da Secretaria

O Secretário Executivo gozará no território da República Argentina das mesmas imunidades e privilégios que esta outorga aos agentes diplomáticos nela acreditados, sempre que não seja nacional ou residente argentino. Os membros da família do Secretário Executivo que façam parte de sua casa gozarão dos mesmos privilégios e imunidades das quais goza o Secretário Executivo, sempre que não sejam nacionais ou residentes argentinos.

O pessoal técnico-administrativo que possa colocar à disposição o Estado Plurinacional da Bolívia, da República Federativa do Brasil, da República do Paraguai e da República Oriental do Uruguai, que não seja nacional ou residente da República Argentina, gozará no território argentino de imunidade contra todo procedimento judicial ou administrativo a respeito dos atos que executarem ou das expressões orais e escritas que emitirem no exercício de suas funções. Também poderão ingressar seus objetos pessoais com isenção de todo tipo de direitos alfandegários, impostos e gravames conexos, com exceção dos gastos de armazenamento, transporte e serviços análogos.

O Comitê cumprirá com todas as estipulações da República Argentina sobre segurança social aplicáveis aos empregadores, com respeito ao pessoal local contratado que não estiver coberto pelas estipulações de segurança social de outro país, conforme o Acordo Multilateral de Segurança social do Mercado Comum do Sul, aprovado mediante a XIII CMC de 15 de dezembro de 1997.

ARTIGO 7

Moeda e câmbio

O Comitê administrará fundos, de acordo com os aportes que os Estados-partes dispuserem, a fim de permitir seu funcionamento e desempenho de atividades.

O Comitê poderá ter fundos ou divisas em moeda que considerarem mister, poderá administrar suas contas na moeda ou moedas determinadas por seu regime, converter a qualquer outra divisa os valores que tiverem em custódia ou bem transferi-los dentro do país ou a outros Estados, sem que tais câmbios ou transferência possam ser afetados por disposições ou moratórias de natureza alguma.

ARTIGO 8
Comunicações

O Comitê gozará para suas comunicações oficiais de um tratamento não menos favorável que o outorgado pela República Argentina a qualquer outro organismo internacional no que tange a prioridades, tarifas e taxas sobre os mecanismos e meios de comunicação de uso público vigentes e disponíveis na República Argentina.

A República Argentina permitirá e protegerá a livre comunicação do Comitê para todos os fins oficiais. Toda correspondência oficial concernente ao Comitê e a suas funções é inviolável e não poderá ser aberta nem retida.

ARTIGO 9
Instalações

A República Argentina proverá ao Comitê instalações independentes, os bens móveis e o equipamento necessário para seu funcionamento.

ARTIGO 10
Solução de controvérsias

Toda controvérsia à interpretação ou aplicação do presente Acordo será resolvida mediante negociações pela via diplomática.

ARTIGO 11
Vigência

O presente Acordo vigorará a partir da comunicação por parte dos cinco Estados-partes à ALADI, informando que se deu cumprimento às formalidades internas necessárias, e manterá sua vigência enquanto permanecer em vigor o Acordo de Santa Cruz de la Sierra.

A República Argentina garantirá a proteção do pessoal e bens do Comitê até que este último finalize suas atividades.

ARTIGO 12

Modificação

O presente Acordo poderá ser modificado por acordo das Partes.

ARTIGO 13

Denúncia

O presente Acordo poderá ser denunciado por qualquer das Partes mediante comunicação escrita a outras, denúncia que surtirá efeito transcorrido um ano de efetuada dita comunicação.

ARTIGO 14

Disposição transitória – Pessoal

A República Argentina se responsabilizará pelos gastos de manutenção e operação da sede do Comitê, assim como pela remuneração do Secretário Executivo e do pessoal Técnico-administrativo que será designado pelo Ministério de Relações Exteriores e Culto da República Argentina, até quando forem de plena aplicação os aspectos orçamentários de conformidade com o preceituado no Estatuto do Comitê, aprovado pela Resolução N° 244 na XX Reunião de Chanceleres dos Países da Bacia do Prata, e em seu Regulamento Interno.

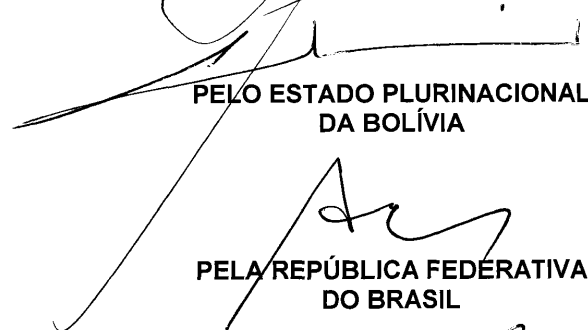
Sem prejuízo disso, qualquer Estado-parte poderá contribuir com pessoal técnico-administrativo de sua nacionalidade, assumindo os custos que o mesmo represente e procurando manter um equilíbrio de representatividade entre os Estados-partes do Comitê.

Os conceitos específicos, compreendidos entre os gastos de manutenção e operação da sede do Comitê, serão detalhados e definidos oportunamente por meio de um Instrumento regulamentar adicional.

FEITO em Assunção, aos nove dias do mês de março de dois mil e dezoito, em dois originais nos idiomas espanhol e português, sendo ambos igualmente autênticos.

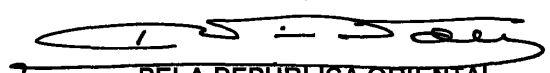

PELA REPÚBLICA ARGENTINA


PELO COMITÉ INTERGOVERNAMENTAL
PELA REPÚBLICA ARGENTINA


PELO ESTADO PLURINACIONAL DA BOLÍVIA


PELA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL


PELA REPÚBLICA DO PARAGUAI


PELA REPÚBLICA ORIENTAL DO URUGUAI

[TEXT IN SPANISH – TEXTE EN ESPAGNOL]

**ACUERDO DE SEDE
ENTRE LA REPÚBLICA ARGENTINA
Y
EL COMITÉ INTERGUBERNAMENTAL DE LA HIDROVÍA
PARAGUAY – PARANÁ**

La República Argentina, el Estado Plurinacional de Bolivia, la República Federativa de Brasil, la República del Paraguay y la República Oriental del Uruguay, teniendo presente el Acuerdo de Transporte Fluvial por la Hidrovía Paraguay - Paraná del 26 de junio de 1992 (en adelante el Acuerdo de Santa Cruz dpoie la Sierra), considerando la importancia política y estratégica del sistema fluvial compartido, en pos de dar cumplimiento a los objetivos y mandatos establecidos en dicho Acuerdo, el Estatuto y Reglamento dictados en consecuencia, convienen en suscribir el siguiente Acuerdo de Sede:

**ARTÍCULO 1
Objeto**

El presente Acuerdo tiene por objeto establecer las condiciones necesarias para el desempeño del Comité intergubernamental de la Hidrovía Paraguay - Paraná, con sede en la Ciudad Autónoma de Buenos Aires, República Argentina, de conformidad con lo establecido en el artículo 7° del Estatuto del Comité, aprobado por la Resolución N° 244 de la XX Reunión de Cancilleres de los Países de la Cuenca del Plata del 5 de diciembre de 1992.

**ARTÍCULO 2
Capacidad**

La personalidad jurídica del CIH es ejercida por intermedio de su Secretaria Ejecutiva y comprende la capacidad de adquirir derechos y contraer obligaciones, incluso para celebrar contratos y acuerdos con personas físicas y jurídicas, públicas y privadas, nacionales y extranjeras, así como adquirir y disponer de bienes tangibles, muebles e inmuebles, y, sin perjuicio de las demás disposiciones del presente Acuerdo, para promover e impugnar demandas judiciales.

ARTÍCULO 3

Inviolabilidad e inmunidades

La sede del Comité es inviolable. Sus locales, mobiliario y demás bienes situados en ellos no podrán ser objeto de ningún registro, requisa, embargo o medida de ejecución.

El Comité goza de inmunidad de jurisdicción contra todo procedimiento administrativo o judicial y no podrá ser objeto de ninguna medida de ejecución, salvo que el Comité renuncie expresamente a estos derechos o en los casos previstos en el artículo 4. En ningún caso la renuncia a la inmunidad de jurisdicción ha de entenderse que entraña renuncia a la inmunidad de ejecución, para lo cual será necesario una nueva renuncia.

La República Argentina adoptará todas las medidas adecuadas para proteger los locales y bienes del Comité contra todo ingreso indebido, intrusión o daño.

La sede y los locales del Comité no serán usados para actividades no relacionadas con la consecución de sus fines.

A fin de resolver los litigios derivados de los contratos suscriptos por la Secretaría Ejecutiva en las relaciones con su personal local y de otros actos de derecho privado en que fuere parte, a excepción de los casos mencionados en el artículo siguiente, se conviene que se recurrirá al procedimiento arbitral.

ARTÍCULO 4

Restricciones a la inmunidad

La inmunidad de jurisdicción prevista en el artículo 3 no podrá ser invocada cuando se trata:

- a)** de acciones relativas a contratos de suministros de bienes o servicios que les hubieren sido brindados al Comité, incluyendo los financieros;
- b)** de obligaciones afianzadas por el Comité ante terceros;

- c) de acciones por daños y perjuicios por accidentes causados por vehículos motorizados que fueren de propiedad del Comité;
- d) de infracciones de tránsito;
- e) de acciones laborales promovidas por empleados contratados localmente por Comité;
- f) de reconversiones en procesos judiciales iniciados por el Comité;
- g) de acciones por reclamación de contribuciones o tasas por incremento de valor o efectiva prestación de servicios con relación a bienes del Comité;

ARTÍCULO 5

Exenciones tributarias

El Comité podrá importar o exportar bienes destinados al cumplimiento de sus funciones específicas, en forma definitiva o temporaria, sin tener que abonar por ello impuestos, contribuciones especiales o derechos aduaneros y las tasas por servicio de estadística y de comprobación de destino.

Las actividades realizadas y los bienes del Comité afectados al cumplimiento de sus fines específicos estarán exentos de todo impuesto directo, sean éstos de carácter nacional, provincial o municipal.

La República Argentina reintegrará al Comité el Impuesto al Valor Agregado que abone por la adquisición en el territorio nacional de bienes o servicios destinados al cumplimiento específico de sus funciones.

Las exenciones establecidas no alcanzan a las contribuciones o tasas que supongan un incremento de valor o la efectiva prestación de servicios respecto a los bienes del Comité.

No se extenderá al personal local contratado por el Comité ninguna prerrogativa fiscal ni aduanera.

ARTÍCULO 6

El Secretario Ejecutivo y personal de la Secretaría

El Secretario Ejecutivo gozará en el territorio de la República Argentina de las mismas inmunidades y privilegios que ésta otorga a los agentes diplomáticos acreditados en ella, siempre que no sea nacional o residente argentino. Los miembros de la familia del Secretario Ejecutivo que formen parte de su casa gozarán de los mismos privilegios e inmunidades de que goza el Secretario Ejecutivo, siempre que no sean nacionales o residentes argentinos.

El personal técnico-administrativo que pueda poner a disposición el Estado Plurinacional de Bolivia, la República Federativa de Brasil, la República del Paraguay y la República Oriental del Uruguay, que no sea nacional o residente de la República Argentina gozará en el territorio argentino de inmunidad contra todo procedimiento judicial o administrativo respecto de los actos que ejecuten o de las expresiones orales y escritas que emitan en el ejercicio de sus funciones. Asimismo podrán ingresar sus efectos personales con exención de toda clase de derechos de aduana, impuestos y gravámenes conexos, salvo los gastos de almacenaje, acarreo y servicios análogos.

El Comité cumplirá con todas las estipulaciones de la República Argentina sobre seguridad social aplicables a los empleadores, con respecto al personal local contratado que no esté cubierto por las estipulaciones de seguridad social de otro país, de acuerdo al Acuerdo Multilateral de Seguridad Social del Mercado Común del Sur, aprobado mediante XIII CMC del 15 de diciembre de 1997.

ARTÍCULO 7

Moneda y cambio

El Comité administrará fondos, de acuerdo con los aportes que dispongan los Estados Parte, a fin de permitir su funcionamiento y desempeño de actividades.

El Comité podrá tener fondos o divisas en la moneda que crean menester, podrán llevar sus cuentas en la moneda o monedas que determine su régimen, convertir a cualquier otra divisa los valores que tengan en custodia o bien transferirlos dentro del país o a otros Estados, sin que tales cambios o transferencias puedan ser afectadas por disposiciones o moratorias de naturaleza alguna.

ARTÍCULO 8 **Comunicaciones**

El Comité gozará para sus comunicaciones oficiales de un tratamiento no menos favorable al que sea otorgado por la República Argentina a cualquier otro organismo internacional en lo que concierne a prioridades, tarifas y tasas sobre los mecanismos y medios de comunicación de uso público vigentes y disponibles en la República Argentina.

La República Argentina permitirá y protegerá la libre comunicación del Comité para todos los fines oficiales. Toda correspondencia oficial concerniente al Comité y a sus funciones es inviolable y no podrá ser abierta ni retenida.

ARTÍCULO 9 **Instalaciones**

La República Argentina proveerá al Comité instalaciones independientes, los bienes muebles y el equipo necesario para su funcionamiento.

ARTÍCULO 10 **Solución de controversias**

Toda controversia concerniente a la interpretación o aplicación del presente Acuerdo será resuelta mediante negociaciones por la vía diplomática.

ARTÍCULO 11 **Vigencia**

El presente Acuerdo entrará en vigor a partir de la comunicación por los cinco Estados Parte a la ALADI, informando que se ha dado cumplimiento a las formalidades internas necesarias, y mantendrá su vigencia mientras permanezca en vigor el Acuerdo de Santa Cruz de la Sierra.

La República Argentina garantizará la protección del personal y bienes del Comité hasta que este último finalice sus actividades.

ARTÍCULO 12
Modificación

El presente Acuerdo podrá ser modificado por acuerdo de las Partes.

ARTÍCULO 13
Denuncia

El presente Acuerdo podrá ser denunciado por cualquiera de las Partes mediante comunicación escrita a las otras, denuncia que surtirá efecto transcurrido un año de efectuada dicha comunicación.

ARTÍCULO 14
Disposición transitoria – Personal

La República Argentina se hará cargo de los gastos de mantenimiento y operación de la sede del Comité, así como de la remuneración del Secretario Ejecutivo y del personal técnico-administrativo que asignará el Ministerio de Relaciones Exteriores y Culto de la República Argentina, hasta tanto sean de plena aplicación los aspectos presupuestarios de conformidad a lo preceptuado en el Estatuto del Comité, aprobado por la Resolución N° 244 en la XX Reunión de Cancilleres de los Países de la Cuenca del Plata, y en su Reglamento Interno.

Sin perjuicio de ello, cualquier Estado parte podrá contribuir con personal técnico-administrativo de su nacionalidad, sufragando los costos que el mismo demande y procurando mantener un equilibrio de representatividad entre los Estados Parte del Comité.

Los conceptos específicos, comprendidos entre los gastos de mantenimiento y operación de la sede del Comité, serán detallados y definidos oportunamente por medio de un Instrumento reglamentario adicional.

HECHO en Asunción, a los nueve días del mes de marzo de dos mil diesciocho, en dos originales en los idiomas español y portugués, siendo ambos igualmente auténticos.

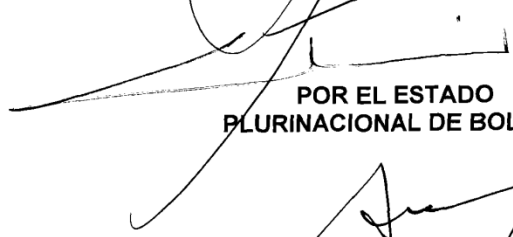


POR LA REPÚBLICA ARGENTINA

**POR EL COMITÉ
INTERGUBERNAMENTAL**



POR LA REPÚBLICA ARGENTINA



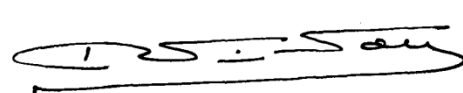
**POR EL ESTADO
PLURINACIONAL DE BOLIVIA**



**POR LA REPUBLICA FEDERATIVA
DEL BRASIL**



POR LA REPÚBLICA DEL PARAGUAY



**POR LA REPÚBLICA ORIENTAL
DEL URUGUAY**